



### MEMÓRIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 28 de junho de 2016

Horário: 9h00

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

#### 1 - ABERTURA

O Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, fez a abertura da 32ª Reunião Ordinária, cumprimentando os Ministros de Estado e demais autoridades presentes e apresentou os novos Secretários do Ministério de Minas e Energia e o futuro Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Fez um breve relato dos primeiros quarenta dias à frente do Ministério, destacando o esforço que vem sendo feito para dialogar com os diversos agentes do Setor Elétrico, buscando estabelecer de forma muito clara e serena o papel de cada agente, do governo e das agências reguladoras para a reinstitucionalização do setor, bem como para o fortalecimento das empresas Petróleo Brasileiro S.A e Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Destacou, ainda, o comprometimento do Ministério com a governança e informou a retirada da Eletrobras, como participante, do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE, de modo a não privilegiar a frente aos demais agentes. Dando continuidade, sinalizou o compromisso com a eficiência e a gestão da reorganização da empresa, informando, em primeira mão, que o professor Vicente Falconi, sócio fundador e consultor do Instituto de Desenvolvimento Gerencial – INDG, será o presidente do Conselho de Administração.

Em seguida, aprovou, juntamente com os membros do Conselho, a Memória da 31ª Reunião Ordinária, passando em seguida ao exame dos assuntos da pauta.

#### 2 - ABASTECIMENTO DE ENERGIA

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Eduardo Azevedo Rodrigues, apresentou a contextualização da matriz energética, com destaque para as projeções de expansão das principais fontes. Iniciou a apresentação expondo como se dá a cadeia de planejamento do Setor Elétrico, os Planos Nacional e Decenal e os Leilões.

Segundo o Secretário, o PDE 2015-2024 mostra que o Brasil continua diminuindo a utilização de petróleo e há a expansão das fontes renováveis, principalmente com a realização de leilões que permitem a incorporação de diretrizes de expansão do setor energético na matriz.

Informou que, no ano de 2015, a composição da matriz energética foi composta por fontes renováveis na proporção de 41,2% e de combustíveis fósseis na proporção de 57,5%. Observou, ainda, que em comparação com a matriz energética mundial, que é composta por 14,3% de fontes renováveis e 80,9% por fontes fósseis, o Brasil possui papel de destaque pela presença de fontes renováveis.

Em seguida, o Secretário fez um relato sobre as premissas utilizadas para os Planos de Expansão, informando que o PDE 2025 deve redimensionar o crescimento da economia e da carga, com o PIB crescendo 2,4% a.a. e a oferta interna de energia 2,3% a.a.

Observou, ainda, que a energia eólica deve ampliar a sua participação alcançando 25,1 GW em 2025 (24,2 GW no PDE 2024) enquanto a termoeletricidade a gás natural não deve apresentar alteração, alcançando 23,3 GW (23,2 GW no PDE 2024).

Destacou que a energia solar segue em expansão a depender da base industrial, podendo alcançar algo entre 9 e 11 GW em 2025.

Em relação ao investimento no Sistema Energético para o período 2014/2024, o Secretário informou que o PDE 2024 estimou um total de R\$ 1.4 bilhões para energia e que, em face do momento de crise econômica em que enfrenta o país, no PDE 2025 pode-se estimar uma redução do investimento total em energia para cerca de R\$ 1.3 bilhão.

O Representante dos Estados e do Distrito Federal, Secretário de Energia do Estado de São Paulo, João Carlos de Souza Meirelles, apresentou os critérios para revisão das previsões de expansão de oferta de energia, mercado de gás e participação de termoeletricas na base, a partir de Projeções do PIB e cenário econômico. Destacou que o cenário econômico mostra sinais de mudança e retomada das atividades e que a tese fundamental dos Estados é a questão do gás, onde a matriz da expansão dos grandes centros de carga vai depender fundamentalmente de termoeletricas na base.

Em seguida, o Secretário apresentou, como proposta, alguns elementos para revisão do PDE 2024: Adequar a premissa de aumento do consumo per capita; Ajustar a previsão do PIB; e a abertura de detalhes sobre a modelagem utilizada nas projeções, o que permitiria um monitoramento mais preciso da parte de todos os agentes.

Ao final, apresentou contribuições para um processo de reestruturação, ressaltando os problemas de fundo como a insegurança jurídica e a instabilidade regulatória; os conflitos entre os subsistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e entre estes e os sistemas de petróleo e gás e de fontes renováveis; as mudanças frequentes nos regimes de concessão e renovação, e a enorme judicialização.

Por fim, apresentou medidas imediatas e temporárias de alívio, ressaltando a definição de uma agenda emergencial e consensual de atenuação de conflitos, bem como outras medidas para subsidiar uma reestruturação e estabilização do setor, colocando o Fórum dos Estados à disposição para colaborar com as mudanças necessárias.

O Secretário de Energia Elétrica, Fábio Lopes Alves, apresentou a operação eletroenergética em 2016 e as condições de atendimento para o período de 2016 a 2020. Iniciou sua apresentação afirmando que estão asseguradas as condições de atendimento ao Sistema Interligado Nacional - SIN para o período 2016 a 2020, destacando que as análises prospectivas de desempenho do Sistema para o período apontam valores que estão em conformidade com o critério de segurança estabelecido pelo CNPE.

Segundo o Secretário, as premissas consideradas para a expansão da geração no período de 2016 a 2020, foram da ordem de 32.101 MW dando uma média anual de 6.420 MW, estando todas essas previsões contratadas. No que se refere à carga para o período, informou que foi estimado o crescimento médio de 4% considerando o crescimento médio anual do PIB de 2,4%.

Destacou, ainda, as condições hidrológicas críticas da região nordeste e as medidas excepcionais adotadas para o controle da vazão do Rio São Francisco e a adoção de medidas operacionais para o controle do reservatório da UHE Tucuruí.

Por fim, apresentou os pontos de atenção para atendimento ao sistema de transmissão do SIN que causam impacto no escoamento de energia da UHE Belo Monte e no aumento dos limites de intercâmbio de energia para a região nordeste. O Secretário concluiu a apresentação informando o início da operação comercial das UHEs Belo Monte (primeira máquina de 688,81 MW) e Teles Pires (duas máquinas totalizando 728 MW), e o início das obras do primeiro Bipolo de Corrente Contínua do sistema de transmissão de escoamento de energia da UHE Belo Monte.

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, Márcio Félix Carvalho Bezerra apresentou as condições de abastecimento ao mercado brasileiro de petróleo, gás natural, derivados e biocombustíveis. Iniciou sua apresentação fazendo um relato sobre o crescimento significativo das reservas de petróleo ao longo dos tempos, e informou que a produção de petróleo também tem um histórico de crescimento, embora com algumas oscilações mais recentes, e que o país já produz um pouco acima de sua necessidade em termos de derivados. Quanto ao gás natural, ressaltou que o Brasil apesar de consumir pouco, os montantes são em termos proporcionais, equivalentes ao consumo da Argentina.

Fazendo referência à produção nacional de combustíveis derivados de petróleo, no primeiro trimestre de 2016, informou que o consumo aparente de derivados caiu 5,2%, em relação ao mesmo período de 2015, com recuo expressivo de 6,1% no mercado de diesel “A” e de 18,3% no de nafta. Destacou, ainda que o mercado do ciclo Otto, que inclui o etanol hidratado, apresentou redução de 1,5%.

Em relação ao mercado de etanol e biodiesel, o Secretário informou que foram abastecidos regularmente em 2015. O etanol deve alcançar o volume de 30,2 bilhões de litros, na safra 2016 – 2017. Quanto ao Biodiesel serão produzidos, na safra 2015 – 2016, segundo previsão da Conab, 96,9 milhões de toneladas, com crescimento de 0,7% em comparação a safra anterior.

Em seguida passou a palavra para o Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - Adjunto, João José de Nora Souto, que apresentou ao Conselho proposta de criação do Grupo de Trabalho com a finalidade de propor as diretrizes gerais relativas à política de exploração e produção de petróleo e gás natural.

### **3 – LICITAÇÕES**

A Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Magda Chambriard, apresentou propostas para a realização da 14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural; de áreas com Acumulações Marginais para a 4ª Rodada de Licitações; e de áreas para a 1ª rodada de Licitações de Áreas Unitizáveis. Nesse contexto, informou que a ANP tem a obrigação legal de estudar todas as bacias sedimentares brasileiras com vistas à licitação de áreas para exploração e produção.

A Diretora-Geral destacou a manutenção das atividades exploratórias em bacias maduras, o estímulo ao aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção por meio da oferta de campos marginais, e informou, ainda, que o objetivo primordial é atrair investimentos para a descoberta de novas jazidas em bacias de novas fronteiras.

Por fim, propôs que as áreas, tanto da 14ª Rodada de Licitações como as Unitizáveis, sejam autorizadas pelo Conselho para que a Agência possa dar início aos estudos e proceda a licitação em meados do próximo ano. A Diretora-Geral concluiu sua apresentação informando que no contexto dos campos marginais, essas pequenas áreas seja licitada no início de dezembro, em atendimento ao disposto na Resolução CNPE n 1, de 2013.

O Ministro, Fernando Coelho Filho, concedeu a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Marcelo Cruz, destacou que, dentro das diretrizes de governo, um dos objetivos do Ministério que é a busca da celeridade para as questões ambientais. Segundo o Secretário, tomando como exemplo a 13ª Rodada de Licitações onde alguns blocos ficaram com pendências do ponto de vista ambiental e conseqüentemente afastando eventuais pretendentes, uma das prioridades apontadas pelo Ministro Sarney Filho é mitigar ao máximo possível essas questões tornando os empreendimentos mais atraentes e trazendo resultados mais positivos nesses processos.

Finalizando, informou que o Ministério do Meio Ambiente está à disposição para a realização de discussões que forem necessárias para dirimir todos os entraves e desejou sucesso com a realização dos leilões.

O Secretário Márcio Félix Carvalho Bezerra destacou que é fundamental o leilão das Áreas Unitizáveis, pois destravam os investimentos do setor de petróleo e na sequência, colocou para aprovação do Conselho a proposta de licitação para contratação das áreas não contratadas internas ao polígono do pré-sal.

O Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, informou que a apresentação sobre os resultados dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica e as perspectivas para 2016 estavam à disposição do Colegiado. Dando continuidade apresentou uma visão geral dos desafios a serem enfrentados e, destacou o novo time do governo e do MME.

Segundo o Secretário, a crise econômica fez momentaneamente sobrar energia elétrica e gás, contudo há a necessidade de resolver custos associados a essa oferta sem perder de vista a construção do futuro. Informou que os leilões de geração e transmissão e outros leilões carecem de alguns reparos e as diretrizes originais serão repensadas, revisitando a lógica econômica com a avaliação do preço da energia, do modelo de exportação, dos leilões de energia de reserva, e da própria condução do setor elétrico para garantir a maior atratividade dos investimentos.

Observou, ainda, que será efetuada uma reprogramação dos leilões num prazo de 60 dias e retomado, também, os leilões de energia de reserva. Com relação aos leilões de transmissão, o Secretário informou que serão realizados dois grandes leilões, sendo o primeiro com 6.600 quilômetros de linhas, com investimento da ordem de R\$ 12,1 bilhões e, o segundo, com 12.200 quilômetros de linhas e investimento previsto de R\$ 19 bilhões.

Finalizando, comunicou que, com relação ao desinvestimento das distribuidoras foi elaborada uma Medida Provisória que vai facilitar a venda da Celg e dará início ao processo de desverticalização que é de interesse estratégico para a Eletrobras e para o País. Disse, ainda, que o leilão de usinas amortizadas será realizado ainda este ano e permitirá, por parte do governo, a arrecadação da ordem de R\$ 12 bilhões. Por fim, apregoou a todos uma mensagem de confiança, destacando que a equipe, articulada com a liderança do Ministro Fernando Coelho Filho, trará resultados importantes na área de energia em curto prazo.

O Ministro, Fernando Coelho Filho, concedeu a palavra ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, que inicialmente cumprimentou toda a equipe e elogiou a coincidência de posicionamentos. O Ministro destacou a importância do setor de energia na retomada do crescimento do País e, ressaltou que o setor será uma das alavancas com as quais o Brasil sairá da incapacidade momentânea de fazer investimentos com recursos próprios na infraestrutura e de outra parte o desafio da necessidade absoluta de gerar empregos. Disse, ainda, que a aceleração do processo de concretização da parceria com o setor privado será primordial para cobrir a deficiência de investimentos e que o CNPE deve deixar balizado de forma bastante clara que o governo nesta direção tem pressa. Ressaltou que as ações nas áreas que trazem benefícios no curto prazo, devem ser apressadas de modo a sinalizar positivamente para a sociedade.

Dando continuidade, o Ministro Eliseu Padilha relatou a preocupação de vários setores que o tem procurado para dizer sobre as dificuldades na obtenção de financiamento e destacou o desafio de simplificar os processos existentes de modo a dar maior agilidade e buscar aumentar a atratividade dos investimentos no País.

O Ministro, Fernando Coelho Filho, concedeu a palavra ao Secretário-Executivo da Secretaria de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, Moreira Franco que destacou a excelência da nova equipe do MME e a importância das Agências Reguladoras.

O Secretário-Executivo Moreira Franco informou que foi criado um novo Conselho para as parcerias privadas, no qual terá assento todos os ministérios que deverão levar os assuntos pertinentes a sua área com o devido posicionamento técnico das agências reguladoras para futura tomada de decisão do governo. Ressaltou ainda, que caso haja alguma divergência de posicionamento entre os Ministérios e as Agências, caberá ao Presidente da República à decisão. Por fim, relatou a preocupação do governo com a projeção de 14 milhões de desempregados no ano.

#### **4 - ASSUNTOS GERAIS**

O Secretário-Executivo do CNPE, Rodrigo Pereira de Mello, apresentou o Balanço das Resoluções aprovadas e publicadas em 2016. Relembrou que foram aprovadas e publicadas três resoluções em 2016: Resolução CNPE nº 1, de 20 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a sistemática de apuração dos preços mínimos do petróleo para o cálculo de royalties e participação especial, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Informou que essa resolução encontra-se suspensa por decisão liminar do STF na “ACO” no 2865/RJ, de 05/05/2016; Resolução CNPE nº 2, de 3 de março de 2016, que dispõe sobre medidas de incentivo à exploração e à produção de petróleo e gás natural em território brasileiro e dá outras providências; e Resolução CNPE nº 3, de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.

Dando continuidade, o Secretário-Executivo deu ciência aos Conselheiros, de acordo com os termos regimentais, que o Tribunal de Contas da União emitiu duas decisões com recomendações para o CNPE. A primeira sobre o Acórdão nº 353/2016 – TCU – Plenário solicitando adoção de providências para contornar as deficiências do contrato de cessão onerosa quanto às premissas estipuladas para sua revisão, no sentido de equalizar o entendimento entre as partes acerca dessas e de outros importantes parâmetros passíveis de serem acordados e que possam interferir na comparabilidade entre os laudos técnicos das certificadoras, bem como de criar bases adequadas de fundamentação do resultado final da revisão, de modo a prevenir impasses e questionamentos futuros. Informou que essa matéria já foi objeto de uma resposta inicial por parte do MME ao TCU, mas encontra-se ainda em face de desenvolvimento entre o Ministério e a ANP.

A segunda decisão do TCU foi o Acórdão nº 1409/2016 – TCU – Plenário determinando ao CNPE para que, em conjunto com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e o Ministério de Minas e Energia, realize estudos, em face do dever motivador de suas políticas regulatórias e tendo em vista o impacto nas contas da Petrobras, para quantificar os efeitos da política de diferenciação de preços no mercado de Gás Liquefeito de Petróleo no preço final do produto tipo P-13, introduzida pela Resolução CNPE nº 4/2005, de modo a demonstrar em que proporção a diferenciação de preços na compra do GLP pelas distribuidoras é repassada ao preço de venda final ao consumidor e de que modo tal medida contribui para a universalização do acesso ao produto. Destacou que esse acórdão chegou há poucos dias e é objeto de análise por parte da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis.

Finalizando, comunicou que todo esse material foi entregue aos membros do Conselho e relatou o andamento dos trabalhos do Comitê Técnico para Eficiência Energética – CTEE, criado pela Resolução nº 4/2015. Por fim, comunicou que a data programada para a próxima reunião ordinária do CNPE é 8 de dezembro de 2016.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, com registro do agradecimento à presença de todos os membros do Conselho e demais participantes.